

PODER LOCAL E ASSENTAMENTOS RURAIS: EDUCAÇÃO E JUVENTUDE EM ASSENTAMENTOS DE REFORMA AGRÁRIA.

Tiago dos Santos Lira, Luís Antonio Barone – Sociologia – Geografia – Departamento de Planejamento, Urbanismo e Ambiente – Faculdade de Ciências e Tecnologia – Campus de Presidente Prudente.

Este trabalho (apoiado, em parte pelo PIBIC-CNPq, em parte por bolsa PROEX/Unesp), busca refletir sobre alguns aspectos da ressocialização de crianças e jovens em assentamentos rurais. Basicamente, trata-se de um estudo sobre as práticas educacionais e a participação social do segmento jovem na estrutura desses territórios específicos, sendo parte de um esforço de investigação maior dedicado a compreender os processos de integração social, bem como um enfoque no desenvolvimento de políticas públicas municipais. Tendo como recursos metodológicos a observação participante, a aplicação de questionários e o estudo bibliográfico sobre o tema em questão, traçaram-se os seguintes objetivos: 1) Analisar o processo de estruturação e desenvolvimento da educação formal nos assentamentos do município de Presidente Venceslau (através do acompanhamento do cotidiano e da demanda escolar); 2) Discutir a participação dos jovens nos projetos de assentamentos de Presidente Venceslau e 3) Apreender as aspirações dos jovens no tocante a estudos, trabalho e projetos de vida. A pesquisa acha-se em andamento, cabendo ainda continuar o acompanhamento dessa juventude, a fim de compreender quais são suas aspirações e estratégias.

A região denominada de Pontal do Paranapanema é de suma importância quando se fala em Reforma Agrária no Estado de São Paulo. Com uma ocupação que data do final do século XIX, o Pontal do Paranapanema revela, em seu histórico fundiário, o mais conhecido caso de grilagem de terras do país (Leite, 1999). Apesar da pública e notória irregularidade que cercou a ocupação desse território, seu desenvolvimento econômico sempre esteve diretamente ligado aos empreendimentos agropecuários ali instalados. Primeiro, o café, depois o algodão e finalmente, a partir dos anos 1970, com a exploração extensiva de corte.

Fazendo algumas ressalvas no que tange a intervenções oficiais, sobretudo através de reassentamentos de população atingida pelo impacto de barragens, somente a partir dos 1990 é que essa região irá ser palco da mais abrangente iniciativa de assentamento rural do Estado, caracterizando-se, a partir de então, pelos conflitos fundiários (Movimentos Sociais organizados contra a elite ruralista da região) e pela forte intervenção do governo estadual, sob pressão dos movimentos, na promoção de assentamentos de trabalhadores rurais (Fernandes, 1996).

O histórico dos assentamentos rurais Primavera e Tupanciretã, universo imediato da pesquisa, se desdobra nesse mesmo contexto. Presidente Venceslau/SP (região conhecida como Pontal do Paranapanema), município que tem um pouco mais de 36 mil habitantes e que conta com 4 Projetos de Assentamentos Rurais (Primavera, Tupanciretã, Radar e Santa Maria), contabiliza aproximadamente 250 lotes em assentamentos. No depoimento de lideranças, moradores nos P.A.s, constatou-se que os 4 assentamentos de Presidente Venceslau contaram com a participação de Movimentos (Associação Brasileiros Unidos Querendo Terra - ABUQT e o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra – MST). O movimento ABUQT surgiu impulsionado por um líder local, mediante a constatação de uma grande quantidade de terras devolutas griladas. Este movimento foi formado por pessoas residentes na cidade de Presidente Venceslau. Já o MST, que conta com uma de suas grandes lideranças na região (José Rainha Jr), têm um caráter nacional, trazendo pessoas de todos os lugares do Brasil para ocupar aquelas terras. As fazendas foram destinadas para a Reforma Agrária no ano de 1996, depois de grande mobilização, de acampamentos e muitas ações judiciais.

A partir de um projeto maior, voltado para o estudo da relação entre os poderes municipais e os assentamentos (Barone, Ferrante e Whitaker, 2004), constatou-se que Presidente Venceslau tem apresentado, nos últimos anos (2001-2005) um cenário político bastante peculiar entre os municípios que compõem a região do Pontal do Paranapanema. Lá, verificaram-se perspectivas do governo municipal (gerido pelo PT) ensaiar propostas voltadas para o desenvolvimento dos assentamentos rurais. Entre as principais políticas que comprovam essa ação tem-se a instalação, no ano de 2003, de uma Escola de Ensino Fundamental e Infantil no Projeto de Assentamento (PA) Primavera. A instalação deste núcleo escolar trouxe uma série de questões que dizem respeito ao caráter das Políticas Públicas Municipais tidas como iniciativas de “desenvolvimento rural”, sobretudo no que diz

respeito ao fazer educacional numa escola de Assentamento Rural.

Atendendo à demanda de municipalização do ensino, a instalação da EMEFEI “Dalva Ferreira Melo” se deu a partir de uma reforma feita na antiga sede da fazenda onde hoje se localiza o P.A. Primavera. A escola atende não só a população assentada ali, como também dos assentamentos mais próximos. A escola conta com 5 (cinco) salas de aula, 1(um) banheiro masculino e 1(um) feminino – instalados no antigo estábulo. Na casa da sede, que compõe o conjunto arquitetônico da escola, há uma videoteca, uma biblioteca, uma brinquedoteca, uma sala de informática e uma cozinha; no piso superior da antiga sede há quartos e banheiros. Além disso, construiu-se uma quadra poliesportiva e um refeitório. A estrutura da escola é bastante propícia para o desenvolvimento de atividades educacionais e culturais. Porém, verifica-se a falta de um projeto para a apropriação deste espaço, aproveitando toda uma estrutura já montada e priorizando o contexto específico, ou seja, desde a data de sua instalação, não se desenvolveu um Projeto Político Pedagógico voltado para a realidade do campo - constata-se uma repetição do Projeto Pedagógico da escola da cidade (rede municipal).

Registrou-se pelo menos duas tentativas de parcerias voltadas para o auxílio para a elaboração deste Projeto. As instituições que passaram a ter uma atuação de fato foram: 1) A TV Futura, ligada à Fundação Roberto Marinho, que no início parecia engajada na busca desse tão sonhado projeto. Porém, as suas indefinições somadas à interrupção do trabalho (em 2006) sem maiores explicações, acabou por deixar esse anseio não alcançado; 2) A ETE (Escola Técnica Estadual), ligada à Fundação Paula Souza, através da implantação de um curso técnico em Agricultura Familiar, que visava desenvolver atividades e projetos voltados ao aprimoramento dos assentados. Essas tentativas não foram capazes de elaborar um Projeto Político Pedagógico, em parceria com a Prefeitura Municipal (carente de quadros), voltado à realidade do campo.

Mais recentemente (2006), a pesquisa constatou outro problema: a baixa demanda de estudantes nos Assentamentos - como nos mostra a Tabela 1.

Tabela 1. População demandante futura da escola: (Número de crianças com 5 anos ou menos dos P.A.'s Primavera e Tupanciretã)

Idade	Número de Indivíduos
Menores de 1	2
1 ano	3
2 anos	6
3 anos	3
4 anos	3
5 anos	1
Total	18

Fonte: Trabalho de Campo

Observa-se, a partir dessa informação, que o número de crianças que ingressarão no Ensino Fundamental na EMEFEI “Dalva Ferreira Melo” é bastante reduzido: existem apenas 18 crianças em idade pré-escolar nos dois assentamentos atendidos pela escola (Primavera e Tupanciretã), ameaçando, inclusive, a continuidade do fornecimento de educação formal naquele estabelecimento. Por outro lado, o número menor de alunos atualmente matriculados (foram levantadas 65 crianças estudando entre a pré-ecola e a 1ª. à 4ª. séries de Ensino Fundamental) garante, segundo a própria Divisão de Educação do município, um melhor desempenho escolar dessas crianças.

Constatou-se também, na observação continuada desses espaços, que os P.A.s Primavera e Tupanciretã estão sofrendo um rápido processo de “envelhecimento”, por conta de que os filhos dos assentados estão deixando os lotes dos seus pais - uma evasão da população mais jovem que reflete, inclusive, na baixa demanda pelo Ensino Fundamental (citada acima).

Os assentamentos carecem de uma maior participação dos jovens, não oferecendo alternativas em termos de projetos de lazer ou de cultura. A pouca participação em atividades dessa natureza, nos assentamentos, que poderiam moldar suas aspirações, revela uma perspectiva pouco promissora – os jovens em sua maioria vivem o dilema “sair” ou “ficar” no assentamento, fazendo com que os projetos para o futuro dependam dessa (in)definição. Garotas e garotos são restringidos ao que o assentamento oferece (ou não oferece). Nos trabalhos de campos realizados, verificou-se que os jovens assentados

não têm muitas opções de lazer. O grande lazer verificado, no caso dos homens, é praticar montaria de animais nos finais de semana. Nos relatos, a resposta à questão sobre o lazer vem no sentido de que “não há nada a se fazer no assentamento”. As garotas vivem um dilema mais agudo: não tendo o privilégio de se formar para trabalhar a terra, pois a educação que têm é bastante patriarcal, têm seu lazer restrito a saber quem está namorando quem. Constata-se, portanto, uma nítida falta de alternativas para essa juventude.

Em relatos colhidos, as falas dos jovens caminham na direção de ir embora do assentamento, pois a falta de perspectivas para essa juventude, a falta de uma Política Pública eficaz, anima o debate entre “ficar” ou “sair” do assentamento. A grande influência que a cidade causa nas aspirações dessa juventude demonstra uma visão urbanocêntrica - elemento esse que podemos identificar na programação da televisão, ditando os costumes, ou ainda no convívio desses jovens com os jovens da escola da cidade.

Quando se discute o estudo formal, aqueles que trabalham em seus lotes durante o dia não têm condições de ir para a escola, já que a única opção é ir para a cidade no período da tarde. A opção do período noturno está inviabilizada por conta da falta de transporte. A perspectiva de trabalho no lote se mostra um caso bastante complexo para a juventude, já que esta tende a acompanhar os pais em seu labor. Sendo o leite o principal produto dos assentamentos, pouca oferta de trabalho existe nesse território. A principal ocupação dos homens jovens é colaborando como mão-de-obra eventual nos lotes, enquanto as mulheres jovens trabalham como empregadas domésticas.

O que podemos esboçar como uma conclusão é discutir os problemas do esvaziamento da escola de Ensino Fundamental e da falta de opções de lazer e cultura para os jovens. Em trabalho de campo, realizado já no ano de 2006, observamos, mediante a aplicação de questionários, um quadro preocupante para a escola, pois a projeção que fazemos, é que não existirão alunos suficientes para o Ensino Fundamental em um futuro próximo (tabela 1). Ao mesmo tempo, os questionários aplicados apontam para possíveis soluções. Isto porque a grande reivindicação da população assentada é que a escola passe a oferecer ensino de 5ª a 8ª série assim como possa oferecer mais atividades de lazer e cultura para a comunidade em geral. Observamos, nessas respostas, uma possível solução para a escola, “casando” a educação formal com propostas que visem estimular os jovens a participar da vida dos assentamentos através de atividades de lazer e cultura.

A pesquisa, até o momento, conseguiu levantar questões que demandam mais investigação. São elas: a Prefeitura Municipal conseguirá fazer um Projeto Político Pedagógico atentando para a falta de demanda e para as aspirações da juventude? Entrará a escola em crise, correndo o risco de se tornar um “elefante branco”? A solução desses dilemas parece -nos fundamental para o futuro desses assentamentos rurais.

Referências Bibliográficas

BARONE, L. A.; FERRANTE, V. L. S. B. e WHITAKER, D.C.A. Poder Local e Assentamentos Rurais: expressões de conflito, de acomodação e resistência (Projeto de Auxílio Integrado – CNPq), 2004.

FERNANDES, B.M. MST: Formação e Territorialização, São Paulo, Hucitec, 1996.

LEITE, J.F. A Ocupação do Pontal do Paranapanema. São Paulo: Hucitec, 1998.

Bolsa: CNPq/PIBIC